

ANALISTA DO MPU - DIREITO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501245734M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público da União
MPU

CARGO:

Cargo A07 - Analista do MPU - Direito

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

1/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MPU - 1º SIMULADO - CARGO A07 - ANALISTA DO MPU - DIREITO (PÓS-EDITAL)**MÓDULO I****Língua Portuguesa****Letícia Bastos****1**

“O silêncio é, muitas vezes, mais eloquente do que as palavras, pois permite reflexões profundas e sinceras.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) O texto sugere que o silêncio pode comunicar mais do que as palavras, promovendo introspecção e compreensão.
- (B) O texto defende que o silêncio é sempre mais eficaz do que as palavras em todas as situações.
- (C) A relação entre silêncio e palavras é descrita como contraditória e incapaz de coexistir no mesmo contexto.
- (D) O texto enfatiza que o silêncio é apenas uma pausa entre as palavras e não tem valor comunicativo próprio.
- (E) O texto argumenta que o silêncio deve ser evitado, pois não contribui para o entendimento humano.

2

“Nas crises, alguns veem problemas; outros, enxergam oportunidades para inovar e crescer.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) O texto argumenta que as crises são sempre negativas e devem ser evitadas a todo custo.
- (B) A expressão “alguns veem problemas” indica que todos enfrentam as crises de maneira semelhante.
- (C) O texto sugere que as crises podem ser encaradas sob perspectivas diferentes, dependendo da atitude das pessoas.
- (D) A ideia central do texto é que crises representam barreiras intransponíveis para a maioria das pessoas.
- (E) O texto apresenta uma crítica àqueles que não percebem as oportunidades presentes nas crises.

3

“Grandes conquistas exigem tempo, paciência e persistência, mas a recompensa geralmente vale o esforço.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto afirma que o tempo é o único elemento indispensável para grandes conquistas.
- (B) o texto sugere que o esforço envolvido em grandes conquistas é justificado pelas recompensas alcançadas.
- (C) a ideia central do texto é que paciência e persistência são irrelevantes diante de grandes objetivos.
- (D) o texto indica que as conquistas sempre são proporcionais ao tempo investido.
- (E) o texto defende que as recompensas das grandes conquistas nem sempre justificam o esforço despendido.

4

“Planejar é essencial: objetivos claros e passos definidos garantem o sucesso de qualquer projeto.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto está organizado em uma estrutura argumentativa, com a apresentação de uma tese e sua defesa.
- (B) o texto utiliza uma sequência descritiva, detalhando características do ato de planejar.
- (C) o texto apresenta uma estrutura narrativa, relatando eventos associados ao planejamento.
- (D) o texto é predominantemente injuntivo, orientando o leitor a realizar ações específicas.
- (E) o texto combina elementos de exposição e argumentação, apresentando conceitos e justificando sua importância.

5

“Ele não foi à reunião porque sabia que sua presença era desnecessária. Afinal, o tema já havia sido discutido anteriormente.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a coesão textual é garantida pela repetição de termos como “reunião” e “tema”.
- (B) a intertextualidade é explícita, pois o texto faz referência a uma outra reunião previamente mencionada.
- (C) a coerência do texto é comprometida pela ausência de conexão lógica entre as ideias apresentadas.
- (D) a coesão é assegurada pelo uso de conectores como “porque” e “afinal”, que estabelecem relações entre as orações.
- (E) a intertextualidade não se aplica ao texto, pois ele não faz referência a nenhum outro texto ou contexto externo.

6

“Os raios do sol atravessavam as copas das árvores, formando desenhos de luz no chão úmido da floresta.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto exemplifica o modo descritivo, pois apresenta detalhes que permitem ao leitor visualizar a cena.
- (B) o texto caracteriza-se pelo modo narrativo, relatando eventos em uma sequência temporal.
- (C) o texto é predominantemente expositivo, explicando fenômenos naturais relacionados à luz solar.
- (D) o texto utiliza o modo argumentativo, defendendo a importância da luz na formação da paisagem.
- (E) o texto exemplifica o modo injuntivo, orientando o leitor a observar as árvores em uma floresta.

7

“Prevê-se para o próximo ano uma colheita abundante, favorecida pelas condições climáticas favoráveis ao longo das últimas estações.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto exemplifica o tipo publicitário, com o objetivo de persuadir o leitor a adquirir produtos agrícolas.
- (B) o texto pertence ao tipo normativo, estabelecendo diretrizes para as práticas de colheita.
- (C) o texto se classifica como didático, com a finalidade de ensinar técnicas relacionadas à agricultura.
- (D) o texto exemplifica o tipo informativo, apresentando dados concretos sobre a previsão da colheita.
- (E) o texto se enquadra no tipo divinatório, baseando-se em previsões sobre eventos futuros.

8

“As estrelas, como olhos cintilantes no vasto céu, observavam silenciosamente o mundo adormecido.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto é literário, pois utiliza linguagem conotativa e recursos estilísticos para criar uma imagem poética.
- (B) o texto é não literário, uma vez que descreve fenômenos naturais de forma objetiva.
- (C) o texto é informativo, pois apresenta dados concretos sobre o comportamento das estrelas.
- (D) o texto é didático, tendo como objetivo ensinar conceitos relacionados à astronomia.
- (E) o texto é normativo, com a finalidade de estabelecer regras sobre observação do céu noturno.

9

“Os alunos, que sempre se dedicaram aos estudos, receberam elogios do professor.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a expressão “que sempre se dedicaram aos estudos” poderia ser deslocada para o final da frase sem prejuízo gramatical ou semântico.
- (B) a frase apresenta erro estrutural devido ao uso de vírgulas para isolar a oração subordinada adjetiva.
- (C) o trecho “receberam elogios do professor” deveria ser substituído por “foram elogiados pelo professor” para manter a correção.
- (D) o deslocamento da oração “que sempre se dedicaram aos estudos” para o início da frase preservaria a correção e o sentido do texto.
- (E) a modificação de “Os alunos” para “Os professores” não altera o sentido global do texto.

10

“Para alcançar seus objetivos, é preciso planejamento, dedicação e trabalhar arduamente.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a frase está gramaticalmente correta, pois os elementos estão em perfeita concordância e coesão.
- (B) o uso do verbo “trabalhar” mantém a uniformidade com os demais termos da sequência.
- (C) a frase apresenta problema de paralelismo, pois “trabalhar arduamente” não está estruturado de forma coerente com “planejamento” e “dedicação”.
- (D) a substituição de “trabalhar arduamente” por “esforço contínuo” comprometeria o sentido original da frase.
- (E) a estrutura da frase está incorreta, pois o verbo “é” deveria ser substituído por “será” para manter a coesão temporal.

11

“Com grande entusiasmo, os alunos participaram do evento acadêmico.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto está em ordem inversa, pois o adjunto adverbial “Com grande entusiasmo” foi deslocado para o início da frase.
- (B) o texto apresenta ordem direta, pois os elementos estão organizados de forma natural: sujeito, verbo e complementos.
- (C) o deslocamento do adjunto adverbial para o final da frase comprometeria o sentido original do texto.
- (D) a inversão do sujeito e do verbo alteraria a coerência e a clareza da frase apresentada.
- (E) a frase está em ordem direta, sendo o sujeito “os alunos” seguido imediatamente pelo verbo e complementos.

12

“O professor afirmou: ‘A leitura diária é essencial para o desenvolvimento intelectual.’” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) o texto utiliza o discurso indireto, pois apresenta a fala do professor de forma reformulada pelo narrador.
- (B) o texto exemplifica o discurso narrativo, relatando uma ação realizada pelo professor.
- (C) o texto emprega o discurso direto, pois reproduz literalmente as palavras do professor.
- (D) o texto se caracteriza pelo discurso indireto livre, fundindo a fala do narrador com a do professor.
- (E) o texto apresenta o discurso descritivo, detalhando o que o professor considera importante.

13

“O livro 'A magia da leitura' está disponível nas principais livrarias. Leia e descubra um mundo de possibilidades.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

(A) o texto exemplifica a função referencial, pois apresenta informações objetivas sobre a disponibilidade do livro.

(B) o texto utiliza a função emotiva, evidenciada pelo apelo às emoções do autor.

(C) a função fática está presente no texto, verificando a continuidade do canal de comunicação.

(D) a função metalinguística é predominante, pois o texto reflete sobre o próprio ato de leitura.

(E) a função conativa predomina, pois busca persuadir o leitor a adquirir e ler o livro.

14

“A informatização transformou diversos setores da economia, aumentando a eficiência nos processos.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

(A) A palavra “economia” é derivada por sufixação, com o acréscimo de “-ia” ao radical “econôm-”.

(B) A palavra “informatização” é formada por derivação sufixal, com o acréscimo de “-ção” ao radical “informatiz-”.

(C) A palavra “transformou” é um exemplo de composição por justaposição, unindo dois radicais distintos.

(D) A palavra “setores” exemplifica a formação por derivação prefixal, com a inclusão do prefixo “se-”.

(E) A palavra “processos” apresenta derivação regressiva, reduzindo a forma verbal original para um substantivo.

15

“Com o avanço da tecnologia, palavras como 'upload' e 'streaming' tornaram-se comuns no dia a dia.” Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

(A) As palavras “upload” e “streaming” são exemplos de estrangeirismos incorporados à língua portuguesa.

(B) O uso de “upload” e “streaming” caracteriza arcaísmos, termos antigos que caíram em desuso.

(C) O texto exemplifica o uso de latinismos, dado que os termos têm origem em expressões latinas clássicas.

(D) As palavras “upload” e “streaming” configuram neologismos, pois foram criadas no português recentemente.

(E) O texto apresenta exemplos de regionalismos, pois os termos mencionados variam conforme a região geográfica.

Noções de Sustentabilidade**Otoniel Linhares****16**

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, estabelece que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Com base no disposto nesse artigo, analise as assertivas abaixo:

- I – A proteção do meio ambiente deve ser realizada apenas pelo poder público, dada sua obrigação constitucional.
- II – A coletividade possui um papel subsidiário na preservação ambiental, limitando-se a colaborar mediante consulta pública.
- III – O princípio da prevenção é um dos fundamentos para a preservação ambiental no Brasil.
- IV – A responsabilidade ambiental pode recair tanto sobre pessoas físicas quanto jurídicas que causarem danos ao meio ambiente.
- V – As futuras gerações são um público prioritário na proteção ambiental.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente III, IV e V estão corretas.
- (B) Somente III e IV estão corretas.
- (C) Somente I, III e IV estão corretas.
- (D) Somente I, II e V estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

17

O Relatório Brundtland (1987) define o conceito de desenvolvimento sustentável como:

“Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.”

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O conceito de desenvolvimento sustentável exclui a dimensão social, focando apenas em aspectos econômicos e ambientais.
- (B) O desenvolvimento sustentável implica a conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental, sem comprometer o bem-estar social.
- (C) O Relatório Brundtland defende que o desenvolvimento sustentável deve ser aplicado apenas em países em desenvolvimento.
- (D) A noção de desenvolvimento sustentável prioriza o crescimento econômico como base para a preservação ambiental.
- (E) O conceito apresentado no Relatório Brundtland já se encontra superado nas discussões globais atuais.

18

A Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), instituída pela Lei n. 12.187/2009, tem como objetivo a mitigação das mudanças climáticas e a adaptação aos seus efeitos. Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um princípio ou diretriz da PNMC.

- (A) Desenvolvimento sustentável como eixo estruturante das políticas públicas relacionadas ao clima.
- (B) Adoção de incentivos econômicos para promover a redução de emissões de gases de efeito estufa.
- (C) Estímulo à preservação de florestas e outros biomas como medida mitigatória.
- (D) Foco exclusivo na redução de emissões por meio do setor energético.
- (E) Promoção da educação ambiental para sensibilizar a sociedade sobre mudanças climáticas.

19

A Lei n. 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que define diretrizes para o gerenciamento adequado de resíduos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A PNRS estabelece que a responsabilidade pelo gerenciamento de resíduos é exclusivamente do poder público municipal.
- (B) A Lei exclui os grandes geradores de resíduos sólidos da obrigação de elaborar planos de gerenciamento.
- (C) A logística reversa é um instrumento previsto pela PNRS para promover a destinação adequada de produtos e embalagens pós-consumo.
- (D) A coleta seletiva é obrigatória em todos os municípios brasileiros, independentemente de capacidade técnica.
- (E) A PNRS tem caráter opcional, cabendo aos estados a decisão de adotá-la ou não.

20

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi criado pela Lei n. 9.985/2000 para proteger ecossistemas naturais e promover o uso sustentável. Sobre o SNUC, assinale a alternativa correta.

- (A) As Unidades de Conservação são divididas em Áreas de Proteção Permanente e Áreas de Proteção Ambiental.
- (B) O SNUC exclui a participação de comunidades locais na gestão das Unidades de Conservação.
- (C) A criação de qualquer Unidade de Conservação depende exclusivamente de decreto presidencial.
- (D) As áreas de Proteção Integral permitem atividades econômicas desde que sustentáveis.
- (E) As Unidades de Conservação podem ser classificadas em dois grandes grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Matheus Atalnio

21

Sobre a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, é correto afirmar que:

- (A) a Agenda 2030 estabelece 15 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco exclusivo em questões ambientais.
- (B) a Agenda 2030 é um documento vinculante, obrigando os Estados membros da ONU a cumprirem as metas estipuladas sob pena de sanções.
- (C) o princípio da inclusão social é central na Agenda 2030, com ênfase na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades.
- (D) a Agenda 2030 foi criada durante a Cúpula do Milênio em 2000, em continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- (E) o Brasil, ao aderir à Agenda 2030, comprometeu-se apenas com metas relacionadas ao meio ambiente, sem incluir áreas como saúde e educação.

22

Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é correto afirmar que:

- (A) a DUDH foi adotada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU e possui caráter vinculante.
- (B) o artigo 1º da DUDH proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- (C) a DUDH não inclui direitos econômicos e sociais, tratando exclusivamente de direitos civis e políticos.
- (D) a DUDH limita a aplicação dos direitos humanos aos cidadãos dos Estados membros da ONU.
- (E) a DUDH permite a suspensão de direitos fundamentais em situações de emergência, conforme previsto em tratados subsequentes.

23

Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), é correto afirmar que:

- (A) a CADH prevê que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos possuirá sete membros dotados de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.
- (B) o artigo 4º da CADH protege o direito à vida desde o momento da concepção e não admite exceções para aplicação da pena de morte.
- (C) o Brasil ratificou a CADH pelo Decreto-Lei n. 678/1992 sem reservas ou declarações interpretativas.
- (D) a CADH foi adotada em San José da Costa Rica no ano de 1948.
- (E) a CADH não menciona o direito à liberdade de expressão em suas disposições.

24

Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) os direitos fundamentais são relativos, podendo ser restringidos sem qualquer limite em situações de emergência.
- (B) a indivisibilidade dos direitos fundamentais implica que os direitos civis e políticos são prioritários em relação aos direitos sociais, econômicos e culturais.
- (C) a interdependência dos direitos fundamentais significa que a violação de um direito pode comprometer o exercício de outros direitos.
- (D) a teoria da universalidade limita a aplicação dos direitos fundamentais apenas aos cidadãos do Estado em questão.
- (E) os direitos fundamentais não possuem proteção contra retrocessos, podendo ser reduzidos por simples lei ordinária.

25

Sobre a relação entre os tratados internacionais e a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) todos os tratados internacionais ratificados pelo Brasil possuem hierarquia constitucional.
- (B) os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo rito do artigo 5º, § 3º, da CF/1988 possuem status de emenda constitucional.
- (C) os tratados ratificados pelo Brasil antes de 1988 foram automaticamente incorporados ao ordenamento jurídico com hierarquia supralegal.
- (D) a Constituição de 1988 não prevê mecanismos de incorporação de tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) a denúncia de tratados internacionais no Brasil depende exclusivamente do interesse do Poder Executivo.

Noções de Administração Pública

Weskley Rodrigues

26

Em relação aos tipos de departamentalização utilizados nas organizações, considere as seguintes afirmações:

- I – A departamentalização por funções facilita a especialização, mas pode limitar a visão do todo organizacional.
- II – A departamentalização por produtos é ideal para empresas com grande variedade de produtos que utilizam tecnologias similares entre si.
- III – A departamentalização por processos busca otimizar recursos e é comum em linhas de produção.
- IV – A departamentalização geográfica é indicada quando há necessidade de atender às especificidades regionais dos clientes.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

27

A respeito da gestão por competências, avalie as afirmativas a seguir e identifique a alternativa correta.

- I – As competências essenciais são aquelas diretamente percebidas pelos clientes externos, sendo fonte de vantagem competitiva para a organização.
- II – A gestão por competências limita-se às competências individuais, desconsiderando competências organizacionais ou gerenciais.
- III – As competências individuais são compostas pelos elementos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA), podendo incluir a mobilização de recursos e entrega de resultados.
- IV – O planejamento estratégico é fundamental para identificar as competências necessárias ao sucesso organizacional.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

28

Durante o governo de Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado com o objetivo de implementar práticas burocráticas no Brasil. Em relação às características do modelo burocrático implantado pelo DASP, é correto afirmar que:

- (A) o modelo burocrático promovia a descentralização administrativa e a autonomia das unidades federativas, reduzindo o papel do governo central.
- (B) o modelo era baseado na gestão patrimonialista, com foco na manutenção do poder das elites regionais.
- (C) o modelo burocrático incentivava a industrialização, mas não previa mecanismos de controle ou padronização de procedimentos administrativos.
- (D) a burocracia implantada pelo DASP buscava a profissionalização do serviço público, com ingresso por mérito e padronização de procedimentos.
- (E) a implementação do modelo burocrático pelo DASP foi totalmente substituída pelo modelo gerencial no governo Vargas.

29

A Resolução n. 276/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instituiu a Política Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital). Sobre os instrumentos e objetivos da MP Digital, é correto afirmar que:

- (A) um dos objetivos da Política Nacional do MP Digital é a criação de uma infraestrutura exclusiva para cada ramo do Ministério Público, garantindo a autonomia tecnológica de cada unidade.
- (B) a Plataforma MP Digital, prevista como um dos instrumentos da Política, inclui a Base de Dados Processuais e o Catálogo de Desafios, sendo obrigatória a celebração de convênios entre ramos para sua utilização.
- (C) a Política Nacional do MP Digital visa democratizar o acesso e melhorar a governança dos dados processuais, observando os princípios da transparência, acesso à informação e uso de dados na tomada de decisões.
- (D) a Rede Nacional de Inovação Digital, prevista como objetivo da Resolução, possui caráter consultivo e está restrita à análise de práticas internacionais de inovação.
- (E) o Manual do MP Digital, instrumento complementar à Política Nacional, tem caráter indicativo, não abrangendo processos de trabalho e orientações técnicas específicas.

30

O Ministério Público da União (MPU) tem implementado a Inteligência Artificial (IA) para modernizar suas atividades de investigação e controle. Considerando as vantagens dessa tecnologia, assinale a alternativa que melhor descreve um benefício estratégico da aplicação de IA no âmbito do MPU.

- (A) Eliminação da necessidade de processos judiciais em casos de baixa complexidade.
- (B) Agilidade na identificação de padrões de comportamento em casos de corrupção.
- (C) Substituição total de promotores por sistemas automatizados em investigações.
- (D) Redução da necessidade de coleta de provas nos processos investigativos.
- (E) Exclusão de todas as falhas processuais devido ao controle humano constante.

MÓDULO II

Legislação Institucional

Rafael de Oliveira**31**

Nos termos da Lei Complementar n. 75/1993, o Ministério Público da União (MPU) será representado judicial e extrajudicialmente por:

- (A) Procurador-Geral da República e membros do Ministério Público Federal.
- (B) Procurador-Geral da União.
- (C) Advocacia-Geral da União.
- (D) Procuradores dos Estados.
- (E) Defensoria Pública da União.

32

Segundo a Lei Complementar n. 75/1993, é função institucional do Ministério Público da União promover:

- (A) a defesa judicial do Poder Executivo.
- (B) a defesa dos direitos e interesses das empresas públicas.
- (C) a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) a representação política dos interesses dos cidadãos.
- (E) a fiscalização da atividade jurisdicional dos tribunais superiores.

33

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, os membros do Ministério Público da União gozam das seguintes garantias, exceto:

- (A) vitaliciedade, após dois anos de exercício.
- (B) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior do Ministério Público competente.
- (C) irredutibilidade de subsídio, salvo nos casos previstos em lei.
- (D) imunidade penal irrestrita no exercício de suas funções.
- (E) independência funcional.

34

Conforme dispõe a Lei Complementar n. 75/1993, é vedado aos membros do Ministério Público da União:

- (A) exercer atividade político-partidária.
- (B) atuar em processos judiciais como advogados após a aposentadoria.
- (C) ser designados para funções administrativas fora do MPU.
- (D) exercer magistério em instituições públicas.
- (E) atuar em processos judiciais de interesse de parentes em primeiro grau, somente no âmbito estadual.

35

A Lei Complementar n. 75/1993 estabelece que cabe ao Ministério Público do Trabalho, no exercício de suas funções, a promoção de ações judiciais:

- (A) para a defesa dos interesses patrimoniais da União.
- (B) relativas à execução de sentenças criminais.
- (C) relacionadas ao descumprimento de normas trabalhistas, inclusive em âmbito coletivo.
- (D) voltadas para a defesa de servidores públicos.
- (E) para a fiscalização de atos administrativos de outras carreiras jurídicas.

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

36

Sobre os princípios aplicáveis ao Direito Administrativo, é CORRETO afirmar:

- (A) o princípio da legalidade obriga a administração pública a agir apenas de acordo com a vontade política do gestor público.
- (B) o princípio da eficiência implica a busca por resultados positivos na prestação de serviços públicos, com menos recursos e maior qualidade.
- (C) o princípio da moralidade é de aplicação facultativa, dependendo da avaliação subjetiva do administrador público.
- (D) o princípio da publicidade impede a restrição de acesso às informações administrativas, mesmo quando há sigilo legal.
- (E) o princípio da finalidade admite desvios de poder caso haja interesse público relevante.

37

A Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, estabelece que:

- (A) é vedada a participação de interessados no processo administrativo.
- (B) o contraditório e a ampla defesa são assegurados apenas em processos administrativos disciplinares.
- (C) a Administração deve anular seus próprios atos quando ilegais, desde que respeitados os direitos adquiridos.
- (D) não há prazo para a conclusão do processo administrativo, pois prevalece o princípio da conveniência administrativa.
- (E) o administrado não pode requerer a revisão de decisões administrativas.

38

A Lei n. 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, introduziu novos dispositivos. Sobre essa lei, é INCORRETO afirmar que:

- (A) instituiu modalidades como o diálogo competitivo.
- (B) regulamenta contratos de prestação de serviços contínuos.
- (C) extinguiu a modalidade de convite.
- (D) determina que, para contratos acima de R\$ 200 mil, a modalidade obrigatória é a concorrência.
- (E) exige o uso preferencial de meios digitais nos processos de licitação.

39

Quanto à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) é sempre subjetiva, exigindo comprovação de dolo ou culpa do agente público.
- (B) inclui o dever de indenizar os danos causados por atos lícitos, mesmo que excepcionais.
- (C) não abrange danos causados por concessionárias de serviço público.
- (D) é limitada a danos materiais causados diretamente pelo agente público.
- (E) prescinde de nexo causal entre a conduta estatal e o dano sofrido.

Direito Constitucional

Weslei Machado

40

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a laicidade aplicável aos entes federativos, conforme prescrição contida nas disposições sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos é inconstitucional sob qualquer circunstância, pois fere o princípio da laicidade estatal.
- (B) Símbolos religiosos podem ser exibidos em prédios públicos, desde que representem todas as religiões praticadas no Brasil para garantir a impessoalidade e a não discriminação.
- (C) É permitida a presença de símbolos religiosos em prédios públicos se tal prática refletir a tradição cultural da sociedade brasileira e não violar os princípios da impessoalidade, da laicidade estatal e da não discriminação.
- (D) Somente símbolos religiosos cristãos são permitidos em prédios públicos, pois representam a maioria da população brasileira.
- (E) A exibição de símbolos religiosos em prédios públicos é permitida apenas durante datas comemorativas específicas de cada religião.

41

O Estado de Alfa, diante de um movimento crescente contra o uso da “linguagem neutra” nas escolas, promulgou uma lei que proíbe a adoção dessa forma de expressão tanto na grade curricular quanto no material didático das instituições de ensino públicas e privadas, bem como em editais de concursos públicos realizados no estado. Com base na Constituição Federal e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre a constitucionalidade dessa lei estadual.

- (A) A lei do Estado de Alfa é constitucional, pois cada estado tem autonomia para decidir sobre métodos pedagógicos e linguísticos em seu território.
- (B) A lei do Estado de Alfa é inconstitucional, pois viola a competência legislativa privativa da União para estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, impedindo a adoção de inovações pedagógicas.
- (C) A lei do Estado de Alfa é constitucional, uma vez que os estados podem legislar sobre educação sem restrições, inclusive sobre o uso de linguagem nas escolas.
- (D) A lei é inconstitucional somente se a Assembleia Legislativa do Estado de Alfa não tiver seguido o processo legislativo adequado para sua aprovação.
- (E) A lei do Estado de Alfa é constitucional, pois protege a integridade do idioma português, que é considerado um bem cultural imaterial sob tutela dos estados.

42

João, servidor público municipal, deseja desfilial-se da associação de servidores da qual é membro há cinco anos. Contudo, foi informado pela associação que, para efetivar sua desfiliação, ele precisaria quitar um débito referente a um empréstimo pessoal obtido por intermédio da associação, além de pagar uma multa por desfiliação precoce conforme previsto no estatuto da entidade. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições constitucionais sobre liberdade de associação, analise a situação de João e assinale a opção correta.

- (A) A associação agiu corretamente, pois é legítimo exigir a quitação de débitos e o pagamento de multas como condição para desfiliação, garantindo assim a sustentabilidade financeira da entidade.
- (B) É inconstitucional exigir a quitação de débitos ou o pagamento de multas como condição para a desfiliação de uma associação, conforme entendimento do STF, garantindo assim a liberdade de associação.
- (C) João não pode desfilial-se enquanto não quitar o empréstimo obtido através da associação, mas a exigência de multa por desfiliação é inconstitucional e não deve ser cobrada.

(D) A exigência de quitação de débitos antes da desfiliação é constitucional desde que o associado tenha se beneficiado de serviços da associação, mas a aplicação de multas é discricionária e depende do estatuto da associação.

(E) João deve pagar apenas a multa por desfiliação precoce, pois a quitação de empréstimos não pode ser condição para deixar uma associação segundo o princípio da liberdade de associação.

43

Num município hipotético, após a eleição municipal, foi eleito como prefeito o cônjuge da atual presidente da Câmara de Vereadores. Diante dessa situação, um grupo de cidadãos preocupados com a governança e a fiscalização do executivo municipal argumenta que essa concomitância de mandatos entre parentes em cargos executivos e legislativos no mesmo município pode comprometer o equilíbrio e a fiscalização independente entre os poderes. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre inelegibilidade por parentesco e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmativas e marque a opção correta.

- (A) Não há impedimento constitucional para que cônjuges ocupem simultaneamente a chefia do Executivo e a presidência do Legislativo municipal, desde que a fiscalização do Executivo continue sendo exercida por todos os membros do Legislativo.
- (B) A concomitância de mandatos entre cônjuges, um no Executivo e outro no Legislativo, é expressamente proibida pela Constituição Federal, que busca evitar conflitos de interesse e garantir a independência entre os poderes.
- (C) A inelegibilidade por parentesco se aplica estritamente a casos de eleições, não podendo ser estendida para impedir o exercício concomitante de cargos por cônjuges ou familiares em qualquer circunstância.
- (D) O princípio da separação dos poderes implica automaticamente na inelegibilidade de cônjuges para cargos no Executivo e no Legislativo dentro da mesma unidade federativa, conforme previsão legal específica na legislação eleitoral brasileira.
- (E) O Supremo Tribunal Federal entende que apenas os parlamentares podem votar medidas que impeçam familiares de assumir simultaneamente cargos no Executivo e no Legislativo, qualquer ação contrária é considerada ativismo judicial e viola a separação dos poderes.

44

Em uma situação hipotética, um deputado federal que estava sendo processado por um crime ocorrido durante seu mandato na Câmara dos Deputados é novamente eleito, mas desta vez como senador. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições constitucionais sobre a competência criminal originária do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmativas e indique a correta.

- (A) A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar o parlamentar é automaticamente prorrogada, mesmo que ele mude de casa legislativa, pois o crime foi cometido durante o exercício de mandato federal.
- (B) O Supremo Tribunal Federal perde a competência para julgar o parlamentar uma vez que ele muda de casa legislativa, necessitando de nova análise jurídica para determinar a competência.
- (C) A prorrogação da competência do Supremo Tribunal Federal não é admitida legalmente, uma vez que cada casa legislativa possui competências investigativas próprias, independentemente dos mandatos anteriores do parlamentar.
- (D) A competência do Supremo Tribunal Federal para continuar julgando o caso depende exclusivamente de uma nova denúncia ser apresentada agora que o parlamentar ocupa um cargo no Senado.
- (E) É possível a prorrogação excepcional da competência criminal originária do Supremo Tribunal Federal para julgar o caso, considerando a continuidade do mandato federal em casa legislativa diversa da origem, sem interrupção entre os mandatos.

Direito Civil

Carlos Elias

45

Suponha que uma lei municipal limite a 8 andares a altura máxima dos prédios em um bairro da cidade. Imagine que uma empresa adquire um terreno na área, com o objetivo de construir um prédio de 8 andares para lucrar com a venda dos apartamentos. Três meses depois da compra do terreno, sobrevém lei reduzindo o limite máximo dos prédios para apenas 2 andares. Nesse caso:

- (A) a nova lei não prejudicará a empresa, pois esta tem direito adquirido.
- (B) a empresa não poderá construir prédio acima de 2 andares e, além disso, caso ela já tivesse construído um prédio maior, ela teria de derrubar o excedente.
- (C) a empresa construir o prédio de 8 andares por conta do seu direito a recuperar o investimento financeiro realizado.
- (D) se, após a entrada em vigor da lei, a empresa construir um prédio acima de 2 andares, ela cometerá ato ilícito.
- (E) a proteção do direito adquirido diante de novas leis abrange também regimes jurídicos.

46

A Helsinque Soluções Ltda foi contratada em 2023 para construir uma máquina para a Reykjavik Indústria Ltda. O prazo de entrega era dezembro daquele ano. Entretanto, a Helsinque Soluções Ltda não conseguiu concluir a construção no prazo, por inadequado planejamento de sua parte. Quando estava prestes a concluí-lo, em março de 2024, adveio determinação do poder público no sentido do fechamento da fábrica e suspensão temporária das suas atividades, com base na calamidade pública decorrente da pandemia, o que inviabilizou definitivamente o cumprimento da obrigação.

Essa determinação de suspensão das atividades da fábrica:

- (A) configura força maior e libera a Helsinque Soluções Ltda da responsabilidade pelo inadimplemento.
- (B) não isenta a Helsinque Soluções Ltda dos efeitos do inadimplemento, por ter ocorrido quando já estava em mora.
- (C) caracteriza fato do príncipe, de modo a suspender a exigibilidade da prestação enquanto persistirem seus efeitos.
- (D) pode ser qualificada como impossibilidade superveniente do objeto, extinguindo a relação obrigacional de pleno direito.
- (E) é causa de onerosidade excessiva, em razão de sua imprevisibilidade, autorizando a resolução do contrato.

47

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os alimentos fixados a título de indenização nos casos de incapacidade laboral da vítima podem ser substituídos por uma prestação única, se a vítima assim o preferir.
- (B) A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral, mas não a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
- (C) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito cabe indenização por dano moral quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.
- (D) Uma vez ajuizada ação de cobrança de dívida já paga, o direito do requerido à restituição em dobro prescindirá da demonstração de má-fé do autor da cobrança.
- (E) Na fixação do valor indenizatório correspondente a uma única prestação pecuniária, os juros moratórios fluem a partir da citação em caso de responsabilidade extracontratual.

48

Paulo comprou um lote de 100 m² de Patrícia por meio de uma escritura de compra e venda. Não promoveu, porém, o registro no Cartório de Imóveis. Passou a ocupar efetivamente o imóvel como sua moradia. Após 8 anos, Matheus ajuizou ação afirmando ser o verdadeiro proprietário do bem e que Patrícia, na verdade, havia adquirido o imóvel de um estelionatário. Com isso, Matheus reivindicou o imóvel de volta. Nessa hipótese:

- (A) Paulo perderá a propriedade em favor de Matheus.
- (B) Paulo não perderá a propriedade por já ter preenchido o prazo de usucapião extraordinário.
- (C) Paulo não perderá a propriedade por já ter preenchido o prazo de usucapião ordinário.
- (D) Paulo não perderá a propriedade por já ter preenchido o prazo de usucapião ordinário tabular.
- (E) Paulo não perderá a propriedade por já ter preenchido o prazo de usucapião especial urbano.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

49

Sobre as fontes do direito processual civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A doutrina e a jurisprudência são importantes fontes materiais do direito processual civil, seja para a elaboração das normas jurídicas, seja para a solução do litígio que se apresenta ao Poder Judiciário.
- (B) são fontes diretas ou imediatas a doutrina e jurisprudência, e indiretas ou mediatas, as próprias leis.
- (C) os princípios são fontes primárias, enquanto a jurisprudência é fonte secundária.
- (D) a lei e os costumes são fontes imediatas.
- (E) a lei e a jurisprudência são fontes imediatas.

50

Sobre jurisdição, ação, conexão e continência, assinale a alternativa correta.

- (A) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo quando um deles já tiver sido sentenciado.
- (C) O CPC adota a teoria materialista, ao prever que serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- (D) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- (E) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão, pela continência ou pela litispendência.

51

Considerando as regras sobre nulidade dos atos processuais previstas no Código de Processo Civil em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I – A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, sem exceção.
- II – As citações e as intimações serão anuláveis quando feitas sem observância das prescrições legais.
- III – A nulidade processual só deve ser declarada quando ficar comprovado prejuízo para a parte que a alega, em cumprimento ao princípio *pas de nullité sans grief*.
- IV – O STJ já entendeu que a invocação tardia de nulidade da oitiva de testemunha, a fim de reverter resultado desfavorável, demonstra a utilização da nulidade de algibeira.

Estão corretas:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

52

Sobre a produção antecipada de prova no processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A produção antecipada da prova previne a competência para o ajuizamento da ação principal.
- (B) O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.
- (C) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- (D) O juiz determinará, mediante requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado, ainda que existente caráter contencioso.
- (E) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, desde que relacionada ao mesmo fato, ainda que sua produção conjunta acarrete excessiva demora.

Direito Penal

Douglas Vargas

53

Considera-se de natureza gravíssima a lesão corporal dolosa da qual resulta:

- (A) perigo de vida.
- (B) enfermidade incurável.
- (C) debilidade permanente de membro.
- (D) aceleração de parto.
- (E) incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias.

54

Assinale a alternativa que apresenta apenas hipóteses de furto qualificado.

- (A) Furto praticado durante o repouso noturno ou praticado com destruição de obstáculo
- (B) Furto praticado com abuso de confiança ou furto de energia elétrica
- (C) Furto praticado com emprego de chave falsa ou de coisa comum
- (D) Furto praticado mediante violência ou grave ameaça ou furto praticado mediante concurso de três pessoas
- (E) Furto praticado mediante fraude ou mediante uso de emprego de explosivo que cause perigo comum.

55

Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis públicos configura:

- (A) forma qualificada do delito conhecido como “falsificação de papéis públicos”.
- (B) forma majorada do delito conhecido como “falsificação de papéis públicos”.
- (C) forma equiparada ao delito conhecido como “falsificação de papéis públicos”.
- (D) forma crime autônomo.
- (E) forma privilegiada do delito conhecido como “falsificação de papéis públicos”.

56

A prática dolosa de navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei, configura, em tese, crime de:

- (A) descaminho.
- (B) contrabando.
- (C) facilitação de contrabando ou descaminho.
- (D) prevaricação.
- (E) peculato.

Direito Processual Penal**Douglas Vargas****57**

Sobre o interrogatório do acusado, é incorreto afirmar que:

- (A) o acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.
- (B) o interrogatório do réu preso será realizado, em sala própria, no estabelecimento em que estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.
- (C) excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a única e exclusiva finalidade de tutelar a integridade física da vítima.
- (D) o interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- (E) após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

58

Sobre a chamada “separação dos processos”, que ocorre quando as infrações penais que serão julgadas tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, o juiz reputar conveniente a separação, é correto afirmar que:

- (A) será obrigatória, desde que mediante provocação da defesa.
- (B) será obrigatória e admissível de ofício.
- (C) será facultativa.
- (D) será obrigatória, desde que mediante provocação do Ministério Público.
- (E) será obrigatória, desde que mediante provocação do Ministério Público ou da defesa.

59

Segundo o CPP, o arresto do imóvel poderá ser decretado de início, revogando-se, porém, em determinado prazo se não for promovido o processo de inscrição da hipoteca legal. O prazo previsto em lei para tal revogação é de:

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 90 dias.

60

Sobre o tema FIANÇA, é incorreto afirmar que:

- (A) a fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- (B) o réu afiançado não poderá, sob pena de quebraamento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 10 (dez) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.
- (C) nos juízos criminais e delegacias de polícia, haverá um livro especial, com termos de abertura e de encerramento, numerado e rubricado em todas as suas folhas pela autoridade, destinado especialmente aos termos de fiança. O termo será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade e por quem prestar a fiança, e dele extrair-se-á certidão para juntar-se aos autos.
- (D) a fiança, que será sempre definitiva, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar.
- (E) o valor em que consistir a fiança será recolhido à repartição arrecadadora federal ou estadual, ou entregue ao depositário público, juntando-se aos autos os respectivos conhecimentos.

Direito Ambiental

Renato Pulz

61

“Impacto das queimadas e urgência climática estão na pauta do G20 nesta semana. Queimadas no Brasil, agravadas pela ação humana, e problemas globais que aceleram as mudanças do clima serão temas do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental do G20”.

(01/10/24 Disponível em: agenciagov.etc.com.br/noticias/202410/impacto-das-queimadas-e-urgencia-climatica-estao-na-pauta-do-g20-nesta-semana)

A chamada da notícia descreve o momento que o planeta está passando. O Direito ambiental surgiu na segunda metade do século XX, atento às mudanças e às transformações pelas quais as sociedades passaram e as consequências para a natureza. Nesse contexto foram se consolidando princípios que orientam os operadores do direito. Sobre o tema, marque a alternativa correta.

- (A) A jurisprudência e doutrina afirmam existir uma dimensão ecológica intrínseca ao Princípio da Dignidade da pessoa humana.
- (B) Apesar de haver vozes barulhentas da proteção animal, essas não encontram eco na doutrina, jurisprudência ou legislação que sustente qualquer princípio do Direito ambiental.

- (C) Considerando que o direito a um meio ambiente saudável e equilibrado é um direito fundamental de segunda geração, não há que se falar em princípio de solidariedade.
- (D) O princípio do usuário-pagador impõe a internalização, pelo próprio poluidor, dos custos necessários à diminuição, à eliminação ou à neutralização do dano realizado no processo produtivo ou na execução da atividade. Isso porque aquele que lucra com uma atividade é quem deve responder pelo risco ou pela desvantagem dela resultante.
- (E) O princípio da precaução diz respeito àqueles casos que são bem conhecidos os efeitos nocivos ao meio ambiente de determinada prática, que por isso deve ser evitada.

62

Sobre o tema competências ambientais legislativa e material, marque a alternativa correta.

- (A) Compete aos estados legislar sobre águas, pois os rios cortam seus territórios.
- (B) Compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (C) A proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico não diz respeito ao direito ambiental.
- (D) Não afronta a competência legislativa da União o dispositivo da Constituição Estadual que proíbe a caça em seu respectivo território.
- (E) É inconstitucional lei estadual que proíba a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos.

63

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Marque a alternativa que não apresenta um princípio que deve ser atendido pela referida política.

- (A) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- (B) Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.
- (C) Educação ambiental exclusivamente aos níveis fundamental e médio de ensino, inclusive a educação da comunidade.
- (D) Recuperação de áreas degradadas.
- (E) Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.

64

Infelizmente, no Brasil ocorre toda sorte de crimes ambientais, apesar da legislação protetiva e da tutela pelo direito penal. Afinal, a CF/1988 trouxe um mandamento de criminalização constitucional sobre o tema, que resultou na Lei n. 9605 de 1998. Sobre os crimes ambientais e a referida lei, marque a alternativa correta.

- (A) A pessoa jurídica não pode ser responsabilizada criminalmente por danos ambientais.
- (B) É crime introduzir espécime animal no país.
- (C) O crime de maus-tratos aos animais é uma infração de menor potencial ofensivo em todas as suas formas.
- (D) Não é crime matar animal nocivo.
- (E) Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas é crime previsto na lei.

Direito Penal Militar

Cícero Coimbra

65

De acordo com o direito penal militar, avalie a assertiva e assinale a alternativa correta.

Um militar do Exército Brasileiro, escalado para a função de sentinela no serviço de dia do quartel, apresenta-se para prestar esse serviço sob o efeito de substância entorpecente ou que causa dependência física ou psíquica. Nessa situação, responderá pelo crime militar por:

- (A) embriaguez em serviço, conforme o disposto no tipo penal incriminador do art. 202 do Código Penal Militar.
- (B) apresentar-se para o serviço sob efeito de substância entorpecente, conforme o disposto no tipo penal incriminador do § 3º do art. 290 do Código Penal Militar.
- (C) abandono de posto, conforme o disposto no tipo penal incriminador do art. 195 do Código Penal Militar.
- (D) deserção, conforme o disposto no tipo penal incriminador do art. 187 do Código Penal Militar.
- (E) inobservância de lei, regulamento ou instrução, conforme o disposto no tipo penal incriminador do art. 324 do Código Penal Militar.

66

De acordo com o direito penal militar, avalie a assertiva e assinale a alternativa correta.

Um militar da ativa injúria outro militar da ativa, ofendendo-lhe a dignidade, em razão de sua procedência nacional. Nesse caso, cometeu o crime militar de:

- (A) injúria racial, previsto no art. 2º-A da Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989.
- (B) injúria simples, previsto no art. 216 do Código Penal Militar.
- (C) injúria qualificada, previsto no § 2º do art. 216 do Código Penal Militar.

(D) violência contra militar de serviço, previsto no art. 158 do Código Penal Militar.

(E) desrespeito a militar de serviço, previsto no art. 160 do Código Penal Militar.

67

De acordo com o direito penal militar, avalie a assertiva e assinale a alternativa correta.

Pedro, sargento da ativa da Marinha do Brasil, foi condenado definitivamente pela prática de crime de violência contra superior (art. 157 do Código Penal Militar). Na execução penal, ao pleitear o livramento condicional, Pedro, como um dos requisitos, deve ter cumprido:

- (A) três quintos da pena privativa de liberdade aplicada.
- (B) toda a pena privativa de liberdade aplicada.
- (C) um terço da pena privativa de liberdade aplicada.
- (D) dois terços da pena privativa de liberdade aplicada.
- (E) metade da pena privativa de liberdade aplicada.

68

De acordo com o direito penal militar, avalie a assertiva e assinale a alternativa correta.

O assemelhado pode ser sujeito ativo de crime militar:

- (A) desde que atente contra a instituição militar.
- (B) desde que o fato seja praticado em lugar sujeito à administração militar.
- (C) desde que o fato seja contra militar da ativa.
- (D) não existe mais assemelhado no Direito Penal Militar.
- (E) desde que esteja o assemelhado em serviço.

Direito Processual Penal Militar

Cícero Coimbra

69

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, avalie a assertiva abaixo e assinale a alternativa correta.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a resposta acusação, prevista nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal comum:

- (A) deve ser aplicada aos processos penais militares.
- (B) não deve ser aplicada no processo penal militar, em homenagem ao princípio da especialidade.
- (C) deve ser aplicada no processo penal militar apenas na persecução dos crimes impropriamente militares.
- (D) deve ser aplicada no processo penal militar apenas na persecução dos crimes propriamente militares.
- (E) deve ser aplicada no processo penal militar apenas na persecução dos crimes militares extravagantes.

70

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, avalie a assertiva abaixo e assinale a alternativa correta.

Em se tratando de delegação para instauração de inquérito policial militar, deverá ela recair:

- (A) sobre militar de posto ou graduação superior ao do indiciado, seja este militar da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- (B) sobre militar de graduação superior ao do indiciado, seja este militar da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- (C) sobre militar de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- (D) sobre militar de graduação superior ao do indiciado, seja este militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado.
- (E) sobre militar de graduação superior ao do indiciado, apenas no caso de militar da ativa.

71

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, avalie a assertiva abaixo e assinale a alternativa correta.

Compete à polícia judiciária militar:

- (A) processar e julgar as infrações penais militares.
- (B) decretar a prisão preventiva nos casos de crimes militares.
- (C) determinar a busca domiciliar.
- (D) representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado.
- (E) decretar a perda de posto e patente do oficial, como pena acessória.

72

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, avalie a assertiva abaixo e assinale a alternativa correta.

Na visão do Supremo Tribunal Federal, o acordo de não persecução penal:

- (A) é cabível apenas para militares.
- (B) é cabível.
- (C) é cabível apenas para civis.
- (D) é cabível apenas em crimes impropriamente militares.
- (E) é cabível apenas em crimes militares extravagantes.

Direito do Trabalho**Maria Rafaela****73**

No nível da excelência esportiva, as relações econômicas que advêm da prática do esporte devem basear-se nas premissas do desenvolvimento social e econômico e no primado da proteção do trabalho, da garantia dos direitos sociais do trabalhador esportivo e da valorização da organização esportiva empregadora. Acerca das alterações legislativas recentes sobre trabalho desportivo, principalmente, com a égide da Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023, assinale a alternativa INCORRETA acerca dos direitos trabalhistas dos atletas.

- (A) O trabalhador da área do esporte desempenha atividades laborais permeadas por peculiaridades e especificidades, estabelecendo relações com as organizações esportivas, independentemente de sua natureza jurídica, por meio das formas previstas na legislação civil ou trabalhista.
- (B) A profissão de atleta é reconhecida e tratada exclusivamente pela Lei n. 14.597/2023.
- (C) Considera-se atleta profissional o praticante de esporte de alto nível que se dedica à atividade esportiva de forma remunerada e permanente e que tem nessa atividade sua principal fonte de renda por meio do trabalho, independentemente da forma como recebe sua remuneração.
- (D) Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não profissional depende de sua formal e expressa anuência.
- (E) É permitido o exercício da profissão a treinadores estrangeiros, desde que comprovem ter licença de sua associação nacional de origem.

74

Ainda sobre direito desportivo, considera-se direcionada à prática esportiva profissional a organização esportiva, independentemente de sua natureza jurídica, que mantenha atletas profissionais em seus quadros. São deveres da organização esportiva direcionada à prática esportiva profissional, em especial, exceto:

- (A) registrar o atleta profissional na organização esportiva que regula a respectiva modalidade para fins de vínculo esportivo
- (B) submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática esportiva
- (C) promover obrigatoriamente exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas, nos termos da regulamentação
- (D) contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, com o objetivo de cobrir os riscos aos quais os atletas e os treinadores estão sujeitos, salvo a organização esportiva que o convoque para seleção
- (E) assegurar que a importância segurada garantida ao atleta profissional ou ao beneficiário por ele indicado no contrato de seguro o direito a indenização mínima correspondente ao valor anual da remuneração pactuada.

75

Houve importante avanço legislativo no trabalho da mulher e sua proteção. A Lei n. 14.611/2023 dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios, nos termos da regulamentação, entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. A igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens será garantida por meio das seguintes medidas, exceto:

- (A) estabelecimento de mecanismos de transparência salarial e de critérios remuneratórios.
- (B) incremento da fiscalização contra a discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.
- (C) disponibilização de canais específicos para denúncias de discriminação salarial
- (D) promoção e implementação de programas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho que abranjam a capacitação de gestores, de lideranças e de empregados a respeito do tema da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com aferição de resultados.
- (E) fomento à capacitação e à formação de mulheres para o ingresso e a permanência, mas omissa a lei quanto à ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens.

76

No que tange à prescrição trabalhista, entende-se como CORRETO:

- (A) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em seis anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, em relação às anotações da CTPS do trabalhador que não foram feitas pelo empregador.
- (C) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, mesmo quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- (D) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.
- (E) Admite-se a declaração de prescrição intercorrente de ofício.

Direito Processual do Trabalho**Maria Rafaela****77**

Sobre a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa incorreta com base no texto constitucional e no entendimento do STF e do TST.

- (A) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004.
- (B) A competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.
- (C) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- (D) A justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
- (E) Compete à justiça do trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

78

Sobre a Ação Civil Pública, tem-se legislação específica aplicada ao processo do trabalho. Trata-se da Lei n. 7.347/1985. Assinale o incorreto do disposto nesta legislação.

- (A) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, mas não sobre o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- (B) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- (C) Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- (D) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- (E) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

79

Sobre as diversas temáticas de processo do trabalho, principalmente, sobre os temas de Reclamação Trabalhista, Jus postulandi, Arquivamento, Perempção e Revelia, assinale a alternativa incorreta conforme o exposto na CLT e a jurisprudência sumulada do TST:

- (A) O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.
- (C) São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego.
- (D) Na hipótese de ausência do reclamante, este será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma da CLT, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de dez dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
- (E) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

80

Em relação à interposição de Recurso de Revista, conforme consta na CLT e nas súmulas do TST, assinale o INCORRETO:

- (A) O recurso de revista pode, excepcionalmente, provocar exames de fatos e provas, conforme entendimento do TST.
- (B) Somente revelam divergência jurisprudencial os arestos que revelam existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram.
- (C) Não ensejam recursos de revista ou de embargos de decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência da Seção Especializada em Dissídios Individuais.
- (D) Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida.
- (E) Não cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, contra decisão em processo administrativo, proferida por Tribunal Regional do Trabalho, ainda que nele seja interessado o magistrado.

Discursiva

Letícia Bastos

O acesso à justiça é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e essencial para a promoção da cidadania e da igualdade. No entanto, no Brasil, barreiras como a morosidade processual, os custos elevados e a falta de informação ainda limitam o exercício pleno desse direito, especialmente para as populações mais vulneráveis. Por outro lado, iniciativas como os juizados especiais e a mediação têm buscado ampliar e agilizar o acesso ao Judiciário.

Como você avalia os desafios e as oportunidades para garantir o acesso efetivo à justiça no Brasil? Quais medidas poderiam ser adotadas para tornar o sistema judiciário mais acessível e eficiente?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.




TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero passar na
prova discursiva